

# DESTAQUE

# COMBUSTÍVEIS

#Gasolina



Bruna Damasceno

bruna.damasceno@svm.com.br



## Para segurar os preços

“Seria complicado iniciar o governo já aumentando os impostos e impactando o preço dos combustíveis, até porque deve ser uma medida a ser pensada dentro de uma avaliação mais ampla”

**Mauro Rochlin**  
Economista e coordenador do MBA de Gestão estratégica da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, nesse domingo (1º), uma medida provisória (MP) que mantém a isenção dos tributos federais sobre os combustíveis por 60 dias. Adotada após a posse do novo chefe do Executivo, a resolução impede o reajuste de R\$ 0,69 por litro da gasolina na bomba, pelo menos, até o fim de fevereiro.

Essa desoneração entrou em vigor em junho do ano passado, mas venceu no último 31 de dezembro. Após os dois

meses da prorrogação, o novo governo reavaliará se mantém a decisão ou volta com a cobrança, em março.

O corte desses impostos chega – mais rápido – ao consumidor final de duas formas: baixa o valor do combustível e segura a inflação. Caso não houvesse o adiamento da isenção, o litro da gasolina voltaria ao patamar de R\$ 6 no Ceará.

Por outro lado, é um duro golpe no orçamento da União, diminuindo a capa-

cidade de investimento em áreas prioritárias para a população. A previsão era de que a desoneração gerasse prejuízo de R\$ 52 bilhões aos cofres públicos em 2023. Não foi divulgado, todavia, o impacto da medida temporária.

**Até quando o aumento**  
Com a medida provisória (MP), os impostos federais (PIS/Cofins e Cide) incidentes sobre a gasolina e o etanol ficaram zerados por 60 dias, até 28 de fevereiro deste ano.

## Preço da gasolina vai subir? Veja o que muda com a desoneração de impostos e o impacto na inflação

A isenção venceu em 31 de dezembro, mas o presidente Lula assinou MP para prorrogá-la até, pelo menos, o fim de fevereiro

A isenção sobre o diesel, contudo, foi prorrogada por um ano, ou seja, até 31 de dezembro próximo. Portanto, nesse período, os consumidores não sentirão as elevações atreladas à carga tributária federal, mas fatores ligados ao mercado ainda podem gerar aumentos.

**Isenção temporária**  
Em junho de 2022, por força da Lei Complementar 194/22, houve o corte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para baixar o preço dos combustíveis. Para se ter ideia, essa tarifa cobrada sobre a gasolina despencou de 27% para 18% no Ceará.

A mudança da alíquota foi articulada pelo então pre-

sidente Jair Bolsonaro (PL), com o objetivo de reduzir o custo antes das eleições. Naquele período, a Petrobras praticou diversas correções, consequentemente, a inflação disparou.

Para conseguir estancar os aumentos, os impostos federais (PIS/Cofins e Cide) também foram alterados, mas com uma diferença: as alíquotas foram reduzidas apenas até o fim daquele ano. Já os percentuais dos estados ficaram menores definitivamente.

Nesse contexto, coube à gestão atual analisar se continuava com uma desoneração cara para os cofres públicos. O economista e coordenador do MBA de Gestão estratégica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, avalia que a decisão da prorrogação foi pautada por uma postura de cautela.

“Seria complicado iniciar o governo já aumentando os impostos e impactando o preço dos combustíveis, até porque entendo ser uma me-

Caso não houvesse a prorrogação da isenção tributária, o valor da gasolina voltaria ao patamar de R\$ 6 no Ceará

agentes sofrem influência direta da variação cambial e da cotação do barril de petróleo.

### Impactos

O economista Mauro Rochlin analisa que “enquanto não houver a alta de impostos, sem dúvida nenhuma, isso representa um alívio dos preços em geral”.

“Sabemos que os combustíveis têm peso muito grande, e a manutenção da desoneração ajuda a controlar a inflação”, observa, ponderando que a deliberação sobre a cobrança do PIS/Cofins e Cide não deve considerar apenas o controle inflacionário.

“O impacto fiscal disso não é desprezível, podendo chegar a R\$ 50 bilhões, representando cerca de 25% do déficit fiscal esperado para esse ano”, calcula, dizendo ser necessário restabelecer a cobrança após avaliações.

“Agora, esse tempo que governo deu a si mesmo entendendo ser cabível. Porém, estender seria preocupante”, observa.

Entram no cálculo: os custos do combustível no mercado internacional e do transporte. Entretanto, esses

**R\$ 50 bi**

**É o valor do impacto fiscal gerado pela medida**  
O montante representa cerca de 25% do déficit fiscal esperado para esse ano

# DESTAQUE